

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.516.948 - RS (2019/0159557-9)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : PORTO ALEGRE CLÍNICAS LTDA  
**ADVOGADO** : GEÓRGIA PONTES LEÃO - RS052773  
**AGRAVADO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : NELSON PILLA FILHO - RS041666  
MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA - RS042441  
JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI - RS060292

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 489, DO CPC. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. TAXA MÉDIA DO MERCADO. PRECEDENTES

1. Embargos à execução.
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489, do CPC.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
5. O reexame de fatos e provas e interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial é inadmissível.
6. A eg. Segunda Seção, ao julgar o REsp 973.827/RS nos moldes da Lei dos Recursos Repetitivos, decidiu ser permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/3/2000, data da publicação da MP 1.963-17/2000, em vigor como MP nº 2.170-01, desde que expressamente pactuada.
7. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por PORTO ALEGRE CLÍNICAS LTDA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo

constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 15/04/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 15/07/2019.

**Ação:** monitória, em fase de embargos à execução, no qual alega o agravante, em síntese, excesso de execução, em razão de possíveis cláusulas abusivas, bem como a inexecutibilidade da cédula de crédito bancário por ausência de certeza, liquidez e exigibilidade, a aplicação do CDC, a inexigibilidade da taxa de abertura de crédito, a abusividade da taxa de juros remuneratórios e sua capitalização mensal, e a ilegalidade da comissão de permanência.

**Sentença:** julgou parcialmente procedentes os pedidos contidos nos embargos à execução, para determinar a aplicação anual de 16,64% a título de juros remuneratórios.

**Acórdão:** negou provimento à apelação da agravante, bem como deu parcial provimento à apelação do agravado, sob o fundamento de que não restou caracterizada a ocorrência de cobrança abusiva no período de normalidade.

**Embargos de Declaração:** opostos pelo agravante, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 51, §1º, III, 51, IV, do CDC, e 489, §1º, VI, e 927, IV, do CPC/2015. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta a abusividade dos juros remuneratórios pactuados, bem como o afastamento da capitalização dos juros e a descaracterização da mora.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

**- Da violação do art. 489 do CPC/2015**

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do

CPC/2015, tendo em vista que o Tribunal de origem bem fundamentou sua decisão, inclusive, com base no entendimento já pacificado do Superior Tribunal de Justiça.

**- Da fundamentação deficiente**

Os argumentos invocados pelo agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou o art. 927, IV, do CPC/2015, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

**- Da ausência de questionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 51, §1º, III, e 51, IV, do CDC, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

**- Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais**

O Tribunal de origem firmou entendimento no sentido de que, no que se refere aos juros remuneratórios: "No caso dos autos, levando-se em consideração que o contrato das fls. 23-26, foram firmados em novembro de 2014, observo que os juros remuneratórios de 21,42% ao ano está em consonância com a taxa média de mercado naquele momento aplicada, pois, conforme dados do BACEN, a taxa era de 21,21% ao ano. Assim merece ser mantida a taxa pactuada no contrato" (e-STJ Fl. 227), e alterar esse entendimento, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

**- Da capitailização de juros (Súmula 568/STJ)**

O Tribunal de origem, ao entender que: "[...] o STJ, no REsp

# *Superior Tribunal de Justiça*

973.827-RS, observou que a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual, quando pactuada de forma clara e expressa não é abusiva" (e-STJ Fl 227), está de acordo com o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, pois a eg. Segunda Seção, no julgamento do REsp 973.827/RS, nos moldes da Lei dos Recursos Repetitivos, decidiu ser permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/3/2000, data da publicação da MP 1.963-17/2000, em vigor como MO nº 2.170-01, desde que expressamente pactuada.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 12% sobre o valor da causa (e-STJ fls. 231) para 14%, observada eventual concessão da gratuidade de justiça.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora